PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota introdutória

MARIA DOLORES L. DA SILVA

A entrevista com Luzia Álvares aconteceu às 13hs do dia 21 de novembro de 2018, na sala do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero (Gepem), que fica ao lado da sala de aula do programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (UFPA). O contato foi, como sempre, cordial, Luzia participa com frequência de bancas em nosso programa. Mais importante que isto, a professora Luzia foi uma profissional importante na minha formação acadêmica, apesar de nunca ter sido sua aluna.

Quando conclui a graduação em Ciências Sociais (início de 1992), passei a cursar disciplinas de Licenciatura enquanto aguardava uma oportunidade para me inserir no mercado de trabalho. Em 1994, dois eventos foram definitivos para a continuidade de minha formação acadêmica e para trilhar o caminho de estudos de Ciência Política. Fui selecionada para ministrar disciplina introdutória de Ciências Sociais em *campus* do interior do estado e ingressei em um curso de especialização em Ciência Política, proposto e coordenado pela professora Luzia Álvares. Até então eu só a via de passagem pelos corredores da UFPA e tinha utilizado sua tese de doutorado para elaborar meu Trabalho de Conclusão de Curso de graduação. A especialização em Ciência Política – que recebia boa contribuição dos estudos antropológicos para discutir metodologias e objetos de análise da Amazônia – foi definitiva para minha clareza em eleger a Ciência Política como uma vocação a seguir, identificando no estudo das relações de poder (com toda sua 'aridez') o caminho para dissecar minhas angustias diante da vida e dos problemas da sociedade. A partir de então, fui aprovada em concurso para professora de Ciência Política (1996) e ingressei no mestrado interinstitucional (UFPA-Iuperj) em Ciência Política (1997), proposta financiada pela Capes sob a coordenação da professora Luzia Alvares. No ano 2000, ingressei no doutorado em Ciência Política no Iuperj.

Essas experiências colocaram parte de minha trajetória acadêmica atrelada aos projetos de Luzia, que tanto contribuiu, com suas iniciativas, para a formação de profissionais da região. A própria existência do programa de pós-graduação em Ciência Política, que hoje coordeno, deve-se ao trabalho da professora Luzia que, junto a outros colegas, pavimentou as bases necessárias para que a Capes aprovasse o mestrado, iniciado sob sua coordenação.

A entrevista com Luzia Álvares possibilitou conhecer um pouco mais da trajetória de uma mulher que, em contexto mais inóspito do que aquele em que me desenvolvi profissionalmente, colocou sua inquietação a serviço de diversos projetos exitosos, a despeito dos obstáculos às trajetórias femininas. Após seu relato, fiquei a me questionar o quanto mais foi desafiado e insistido e por ela, diante de negativas, que não cabem nesta entrevista, e o quanto foi calado como estratégia para enfrentar e continuar o caminho almejado. A leitura de sua entrevista mostra um pouco de suas descobertas, teimosias e conquistas.

Auto-apresentação

MARIA LUZIA ÁLVARES

Sou natural de Abaetetuba, Pará. Tenho 78 anos, sou casada, tenho 4 filhas, 10 netos e um bisneto. Fiz o então curso primário na cidade de Abaetetuba e o ginasial e o pedagógico em Belém. Em 1973, prestei exame vestibular para o curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA) sendo aprovada. Conclui a graduação como Licenciada em Ciências Sociais em 1977. Em 1978, fiz concurso interno para a área de Ciência Política do curso de Ciências Sociais da UFPA, passei e comecei a ministrar as disciplinas do currículo Ciência Política I, II e III e História das Ideias Políticas e Sociais. Fiz mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), da UFPA, em 1990, e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) em 2004. Como jornalista, exerci a crítica de cinema de 1972 a 2015, além de articulista de temas sobre política de 2009 a 2015 no Jornal "O Liberal" – das Organizações Rômulo Maiorana. Sou Professora Associada 3 da Universidade Federal do Pará. Minha experiência na área de Ciência Política possui ênfase em estudos eleitorais e partidos políticos, principalmente nos seguintes temas: comportamento político, ciclos republicanos paraenses, competição eleitoral, recrutamento político e seleção de candidaturas e mulheres, gênero e poder. Vinculei-me ao Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha (Observe), coordenando as pesquisas na Região Norte de 2007 até os dias atuais. O consórcio foi coordenado, nacionalmente, pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com financiamento da Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM-PR) e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) – Escritório Regional para Brasil e Cone Sul. Fui consultora *Ad-Hoc* do Programa Pró-Equidade de Gênero da SPM/PR. Fiz parte da diretoria da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) de 2008 a 2012. Fui coordenadora da Rede Feminista de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Gênero Norte e Nordeste (Redor) de 1996 a 1998 e de 2008 a 2012, sendo coordenadora da linha de pesquisa Feminismo e Política de 1996 a 1998 e de 2012 a 2014 e, presentemente, do Grupo de Trabalho Feminismo, Política e Poder. Sou coordenadora, de 1994 até os dias atuais, do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero (Gepem/UFPA), grupo que faz parte do DGP/CNPq. Sou coordenadora da linha de pesquisa Mulher e Participação Política do Gepem. Sou membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Violência na Amazônia (Neiva) e membro da diretoria da Associação de Críticos de Cinema do Pará (ACCPA), da qual sou associada desde 1978. Ao me aposentar, em 2010, assumi a categoria de Professora Voluntária (Res. n. 679, de 17/11/2009, nos termos da Lei n. 9.608, de 18/02/1998), ministrando aulas e orientação de alunos e solicitando bolsistas Pibic da Faculdade de Ciências Sociais/IFCH, com projeto de pesquisa interno e externo. Coordenei, de 2012 a 2014, com José Eustáquio Alves (ENCE), a Área Temática – AT Gênero, Democracia e Políticas Públicas, na ABCP. Tenho livros organizados e artigos publicados em periódicos e livros. Tenho pesquisado, ultimamente, a situação da violência doméstica contra as mulheres e de que forma os planos de governo, no Estado do Pará, têm aplicado recursos para ações de políticas públicas. Tenho me dedicado à coordenação de estudos e seminários sobre a cultura do feminismo e a militância acadêmica sobre temas do empoderamento feminino.

Entrevista

Maria Dolores Lima da Silva: *Boa tarde, Professora Luzia. Tenho aqui um roteiro semiestruturado com três blocos de perguntas e esse primeiro bloco fala da trajetória na Ciência Política. Você poderia apresentar a sua trajetória profissional, sua formação, filiações institucionais?*

Maria Luzia Álvares: Agradeço o contato. Estou, realmente, muito feliz de a Ciência Política no Brasil começar a recuperar o percurso acadêmico das cientistas políticas, uma preocupação de Carole Pateman ao propor um projeto de levantamento de dados dessa categoria, através da IPSA [*International Political Science Association*], IPSA Gender Monitoring Report 2013, em 1998. Minha formação é em Licenciatura em Ciências Sociais, trajetória que começa com a minha história pessoal, como dona de casa, como uma mulher que não tinha formação universitária. Houve interesse pela visão crítica das Ciências Sociais e aos 30 anos fiz o vestibular e fui aprovada. Esse curso foi muito importante, porque convivia com o movimento de esquerda paraense, cujos membros eram meus amigos, frequentavam a minha casa e suas conversas ligavam-se à dimensão da crítica política daquele momento. Meu marido e eu, muito ligados à cultura cinematográfica, convivíamos com esses amigos, também frequentadores do cinema de arte, sendo, a formação deles, de cientistas sociais. Assim, a área com a qual me identifiquei foi a de Ciências Sociais, cursando-a entre 1973 a 1977, me graduando em dezembro de 1977. O percurso nas disciplinas foi gratificante, com maior inclinação para a Ciência Política devido ao que estávamos vivendo naquele momento, com o golpe de 1964, que marcou a nossa vida em função da prisão de alguns dos amigos. Nos reuníamos sempre lá em casa, por causa do cinema. A ênfase na Ciência Política apresentava três disciplinas: Ciência Política I, Ciência Política II e a História das Ideias Políticas e Sociais. Esse processo de estudos foi interessante, porque dimensionou aquilo que eu estava interessada em ver como fundamentos do que vivia no cotidiano, uma trajetória entre o percurso marcado pela luta política dos meus amigos, que eram os espectadores dos filmes que exibíamos, e as conversas que promovíamos entre nós. Em casa, meu marido criara um cineminha, o Cine Bandeirante, e lá assistíamos aos filmes e esses amigos ficavam em casa, não se escondiam. Em início de casamento, grávida, parindo e convivendo com essa situação. Finalizei meus estudos universitários em 1977, mas, naquele momento, o MEC [Ministério da Educação] não estava com propostas de concursos. Com isso, o Prof. Amílcar Tupiassu, selecionou quatro alunos e disse: vocês vão fazer um curso comigo, porque vão dar aulas de Ciência Política. Sem concurso público, ele próprio organizou um concurso interno na UFPA [Universidade Federal do Pará] convidando duas professoras da área para examinadoras: Marília Emmi e Zuleide Ximenes Ponte. Os ex-alunos Alex Fiuza de Melo, José Queiroz Carneiro, Pasquale di Paolo e eu fizemos as provas. Fomos aprovados e começamos a dar aulas no Curso de Ciências Sociais, em março de 1978. Amílcar Tupiassu, titular da cadeira de Ciência Política, encaminhou oficialmente os nossos nomes e os registros do concurso interno foram aceitos na área competente do setor de pessoal da UFPA, na categoria de Professor Colaborador.

MDLS: *Em que ano?*

MLA: Em 1978. O professor titular da cadeira de Ciência Política, Amílcar Tupiassu, avaliava os alunos através das provas mensais, da interação em sala de aula, da elaboração dos NTIs [Nota de Trabalho Individual], além das atividades de pesquisa que ele sempre coordenava sobre Eleições no Pará. Ele trabalhava com comportamento político, com eleições e eu me fascinava por isso. Fui uma tiete

muito grande do professor Amílcar. O início das atividades dos quatro alunos, então professores selecionados para o magistério, foi muito ativo porque, após a aula das quintas-feiras – as aulas, em todos os horários, eram as terças e quintas –, o professor organizava seminários e ficávamos reunidos na minha casa de 21h até a meia-noite lendo e estudando as matérias a serem ministradas nas disciplinas que estávamos lecionando. Foi assim que começou esse processo de profissionalização e a entrada de alguns autores nas leituras que tínhamos que estar fundamentados para darmos Ciência Política I e II e História das Ideias – eram só essas três no formato do currículo àquela altura. Havia a necessidade muito grande de professores, pois as aulas não eram só oferecidas aos alunos do curso de Ciências Sociais, mas para outros cursos, como disciplinas optativas e as que eram pré-requisitos. Ciência Política I, por exemplo, era pré-requisito para vários cursos como Direito, Administração, Contadoria. Geralmente, a Ciência Política I era a mais requisitada pelos chefes de departamento de cursos sendo matriculados cerca de 50 alunos ou mais dependendo da demanda da matrícula.

MDLS: *A senhora começou na Universidade Federal do Pará?*

MLA: Comecei a dar aulas na Universidade Federal do Pará em março de 1978, depois desse concurso que o professor Amílcar Tupiassu fez no departamento de Ciências Sócio-Políticas [DCSP], para a área da Ciência Política. Nunca fui para outra área, salvo quando havia necessidade de preencher a carga horária de algum colega do DCSP que solicitava afastamento para a pós-graduação, mestrado ou doutorado. A nossa disciplina era ministrada as terças e quintas-feiras, o dia todo, até 22h e as de Sociologia eram as segundas, quartas e sextas; portanto, nos revezávamos com essas outras disciplinas para ajudarmos os nossos colegas a saírem de Belém, para os cursos de pós-graduação. Ficávamos sempre na retaguarda para ajudá-los, porque senão a universidade não abria a vaga para que se afastassem da sala de aula. Mas, a disciplina que ministrei nesse período sempre foi a Ciência Política I e II. Com o tempo, começamos a ter uma demanda muito grande de colegas para a pós-graduação e comecei a perceber que não tínhamos nenhuma estrutura mais intensa que pudesse abranger aquilo que nós, professores, e os alunos também, precisávamos. Fiz um texto que intitulei "Por um mestrado em Ciência Política na Amazônia", no qual fiz a revisão sobre o panorama da Ciência Política no Brasil seguindo-se os antecedentes do curso de Ciências Sociais – e, no caso desses antecedentes, envolvendo, por exemplo, a Ciência Política no ensino e na pesquisa do curso de Ciências Sociais na UFPA, como se definia nesse curso desde 1973. Portanto, tenho toda essa visão das disciplinas, de como eram dadas, quem ministrava, justamente para ver as demandas, para que pudéssemos ter alguma coisa quando tivéssemos o mestrado. Escrevi esse texto, mais ou menos, em 1996, em um período em que criei e coordenei uma especialização, pois precisávamos saber quem éramos, o que éramos, como dávamos aula. Um dos focos dessa demanda pelos fundamentos foi porque nossos estudos, e aqueles que nós repassávamos, eram sempre sobre os livros do Maurice Duverger e, também, Marcel Prélot, eram os dois; e em História das Ideias, eram os livros do Jean Touchard, com sete volumes, e do Marcel Prélot, com quatro. Eram esses livros que nós utilizávamos. Trabalhávamos estudando com o chefe da cadeira, que era o professor Amilcar Tupiassu. Esse foi o fundamento e o seguimento da minha formação, da minha demanda, do meu desejo de estudar Ciência Política. Aos poucos, fomos incorporando, junto com outros colegas nossos e também com as nossas demandas, novas disciplinas, novos autores. Se o nosso trabalho era a discussão de estado, por que não se começava a trabalhar estado e sociedade civil desde o período antigo? Assim, começamos a trabalhar Estado e Sociedade Civil na Antiguidade Clássica e fizemos os recortes por nós mesmos – Idade Média, Moderna, Contemporânea. O líder da nossa cadeira, o professor Amílcar, ficou um pouco resistente, mas aceitou, porque era algo que vinha incorporar a avaliação de outros autores. Começamos a incluir, também, Luciano Gruppi – "O conceito de hegemonia em Gramsci", "Tudo começou com

Maquiavel" –, Antonio Gramsci. Lembrando que estávamos caminhando em um momento ainda de luta política, mas que já começavam a repercutir aquelas frações que se incorporaram ao PT [Partido dos Trabalhadores], que eram nossos alunos que participavam, com as demandas para discussão de Marx na Ciência Política. Começamos com Maquiavel, O Príncipe, e a partir dele começamos a discutir Lênin, Marx, Gramsci e outros autores sobre o Estado Moderno e contemporâneo – os jusnaturalistas. Quer dizer, fomos incorporando isso tudo nesses estudos e na ministração das nossas aulas. Com a redefinição do currículo do curso de Ciências Sociais, cada área reviu as disciplinas ofertadas e houve uma reconfiguração da área de Ciência Política. Não mais Ciência Política I e II, mas Teorias Políticas Clássicas I, II e III, além de Seminários de Política Brasileira, Estado, Partidos e Movimentos Sociais e outros.

MDLS: *E nessa sua trajetória profissional? A continuidade: as especializações, mestrado, doutorado...*

MLA: Comecei no departamento de Ciências Sociopolíticas, constituído pelos grupos de Sociologia e o de Ciência Política. Havia outra conformação do então Centro de Filosofia e a área de Ciências Sociais, embora agregasse os departamentos específicos dessas áreas, departamento de Sociologia e departamento de Ciência Política, a Antropologia estava ligada ao departamento de História. Nesse período, cada área estava interessada em criar sua própria composição, sua identidade, por isso o professor Alex Fiuza de Melo propôs um curso de especialização em partidos políticos e foi muito interessante. Meu interesse na Ciência Política perpassava por duas questões: partidos e eleições e a questão de gênero, pois me interessava muito em avaliar os movimentos sociais e de mulheres devido minha participação nesses movimentos.

MDLS: *Em que momento a senhora fez o mestrado e o doutorado?*

MLA: Houve pressão da política nacional do MEC para que os professores universitários se qualificassem com a pós-graduação. Embora interessada, não tinha condições objetivas para sair de Belém. Os colegas saíam para os cursos da Unicamp [Universidade Estadual de Campinas], da UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais], UFPE [Universidade Federal de Pernambuco] e eu ficava. Além de casada e com quatro filhas, havia meu emprego de jornalista em um jornal local – que trabalhava desde 1973. Optei por fazer a seleção do mestrado no Naea – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – em Planejamento do Desenvolvimento, Plades, em 1981, sendo aprovada. A transdisciplinaridade do curso possibilitou investir em um projeto de pós-graduação com base nos dois temas que me interessavam e eram importantes para mim – a participação política das mulheres paraenses e a luta pela terra. Nesse momento, o ativismo político junto com as mulheres agricultoras paraenses e outras lideranças feministas nos mantinha na rua, em frente às prisões nas quais permaneciam junto com membros da Comissão Pastoral da Terra [CPT] e outros movimentos sociais, preocupadas com os seus maridos presos, se fossem levados das celas e assassinados. Esse fato serviu de emblema para avaliar qual nível de participação política eu pretendia estudar. No caso em questão, teria que acompanhar o movimento das mulheres no sul do Pará, em Conceição do Araguaia e outras cidades, onde estava o centro da luta. Um dos colegas do grupo de Ciência Política me alertou: "Olha só, Luzia, tu não tens condições objetivas para sair de Belém, por que não estudas a participação política das mulheres em outro aspecto?". Aceitei a indicação do colega e optei em estudar o comportamento político das mulheres paraenses desde a Primeira República. As leituras de obras sobre o movimento sufragista e feminista, já iniciadas, contribuíram para a questão: o que as mulheres do Pará estão fazendo no momento em que os "grandes" – Antonio Lemos e Lauro Sodré – da política estão no poder? Adentrei, então, a história política do Pará. Fiz a seleção para o Naea/Plades, cursei as disciplinas e defendi a dissertação de mestrado – com 964 páginas – de título: "Saias, laços e ligas, construindo imagens e lutas: um estudo sobre a participação política e partidária

das mulheres paraenses de 1910 a 1937". Alguns professores do Naea criticaram o tema estudado visto que não viam a ligação do trânsito das mulheres nos dois períodos republicanos, com o proposto planejamento do desenvolvimento do curso.

MDLS: *Que ano a senhora defendeu?*

MLA: Defendi em setembro de 1990. Fiz todas as disciplinas e, nesse período, aconteceu tudo que se pode imaginar na história de uma família: nascimentos, casamentos, morte... Uma série de situações que me fizeram ficar muito tempo, também, no levantamento de dados – porque a dissertação tem quase mil páginas, queria colocar tudo! Estudei a elite paraense, o acesso ao poder local e as mulheres, como estas se incorporavam na política. Fui pesquisando, criando, me empolguei, me apaixonei... Um detalhe é que, nesse período, os que estudavam na pós-graduação em Belém não eram liberados das salas de aula da graduação. Assim, tive que conviver com essa situação e levantamento de dados de um projeto de pesquisa aprovado pela Propesp/UFPA [Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação] com o tema sobre mulher e política nas eleições de 1986, como as mulheres votavam nos candidatos. Sem a liberação para cursar a pós, continuava ministrando aulas na graduação, inclusive em um período também de chefia do departamento. E, em meio a tudo isso, defendi a minha dissertação e as minhas mulheres apareceram: as mulheres da classe social média alta, as professoras, todas aquelas personagens femininas que faziam parte da história política do Pará naquele momento – por isso o título refere a condição das mulheres "política e partidária", porque, na verdade, ao finalizar a década de 1930 estava ocorrendo na imprensa a discussão sobre o sufragismo no Pará. Trabalhei com dados da imprensa, com livros regionais e nacionais que apontavam esse percurso dos partidos políticos paraenses, e das figuras masculinas que incorporavam isso e de que forma incorporavam e inclui, como personagens, as mulheres de um modo geral, as professoras que criaram as ligas femininas, trabalhei as ligas femininas partidárias... Tudo na minha dissertação de mestrado. Foi uma grata surpresa perceber a criação das ligas, o interesse dos homens no poder pelas mulheres e a formação de uma associação sufragista. A Liga Feminina Lauro Sodré, a Liga Feminina Arthur Lemos e, já na década de 1930, a Legião Feminina Magalhães Barata, eram partidárias e o movimento sufragista – Departamento Paraense pelo Progresso Feminino – era política, não partidária. Pouco depois desse período, juntamente com uma colega, a professora Rosa Acevedo Marin, elaboramos um projeto de curso de especialização – "Estado e fronteira: um estudo sobre a questão da Amazônia". A Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] aprovou a proposta e financiou o curso, cujo tema era muito importante, porque, naquele momento, estavam ocorrendo os assassinatos no sul do Pará e ao incorporarmos essa questão da fronteira na Amazônia marcávamos a área de discussão na Ciência Política. Houve duas versões desse projeto – 1993 e 1995. Quanto aos professores, além dos docentes do departamento de Ciência Política houve convidados de outras universidades e membros integrados na situação da luta pela terra, dos movimentos sociais. Décio Sáes (Unicamp), Renato Perissinoto (pós-graduando da Unicamp), Alfredo Wagner (pesquisador autônomo) e outros. Esse curso de especialização foi importante, porque houve disseminação dessa discussão que nós não tínhamos ainda na graduação das Ciências Sociais.

MDLS: *E o doutorado em...*

MLA: Essa questão do doutorado, no meu caso, faz parte também de todo o envolvimento institucional que tive. Fui chefe de departamento, coordenadora de cursos de especialização, assessora de pesquisa etc., e tínhamos contato com alguns cientistas políticos de outras universidades devido ao curso de especialização. Nos interessava que houvesse mais visibilidade da Ciência Política do Pará através de novos cursos. E exatamente nesse momento, se instaurou na

Capes uma preocupação com a pós-graduação no Norte do Brasil – já havia começado com a especialização, em que ganhamos os recursos para trazer os professores que deram aula no curso. Foi importante esse momento em que a Capes percebe a necessidade dessa ampliação da pós-graduação no Norte e abre edital para um mestrado institucional. Precisávamos aproveitar isso e fomos falar com o chefe do departamento, o professor Cauby Monteiro – eu já tinha mestrado, mas precisávamos de maior reforço para os nossos alunos da graduação das Ciências Sociais para a área da Ciência Política – e ele me deu 20 horas para escrever um projeto. Nossa primeira opção seria a parceria com a Unicamp, pois o curso de especialização foi com ela. Havia também a UFMG e o Iuperj [Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro]. Depois de alguns desencontros enviamos para este último, cujo coordenador era o Prof. Renato Lessa que submeteu o projeto à congregação, sendo aprovado e aceito pela Capes. O mestrado interinstitucional foi iniciado em 1997. Como eu não tinha o doutorado, só o mestrado, não podia estar como coordenadora geral, ficando este com o professor Fabiano Santos – e eu como coordenadora administrativa no departamento de Ciência Política/UFPA. O curso de mestrado começou em 1997 e em 1999, com as dissertações sendo defendidas, eu já estava com a proposta de projeto para um curso de doutorado, dando sequência à política da Capes de ampliar a pós-graduação no Norte. Outra tensão para decidir quem seria o parceiro institucional, embora o mais racional fosse a continuidade do apoio do Iuperj, com o Alex Fiuza de Melo sendo, novamente, o emissário junto ao então coordenador desse instituto, o Prof. Renato Boschi. Houve aprovação pela congregação ficando o Alex, já com doutorado pela Unicamp, como coordenador geral do curso de doutorado da Ciência Política/UFPA. Anualmente, assessores da Capes vinham avaliar o desenvolvimento do curso, acompanhando a aquisição da literatura indicada pelos docentes, a infraestrutura técnica etc. A professora Graça Rua era uma das avaliadoras e ficava impressionada com os livros que tínhamos na biblioteca específica. No final do ano de 1999, conciliando as defesas das dissertações dos alunos do mestrado, houve a seleção de candidatos inscritos para o curso de doutorado com previsão de início no ano seguinte. Fiz parte dos candidatos ao doutorado, fui selecionada e segui, então, como aluna. Continuei a tratar do tema sobre mulher e política, apresentando uma proposta inicial: "Participação e representação política feminina no Norte do Brasil: um estudo comparativo sobre o sistema de cotas – 1996-2000". Mas ainda sem sair da sala de aula da graduação e da coordenação de projeto de pesquisa. No nível docente de Adjunto IV, TI-40h, eram 20 horas de pesquisa e 20 horas de ministração de aula, não podíamos sair da sala de aula. E foi assim o processo.

MDLS: *Quando a senhora defendeu?*

MLA: Em 20 de agosto de 2004. É bom lembrar que, segundo alguns professores, a minha dissertação de mestrado dava condições de pleitear institucionalmente o doutorado. O assunto era a história política do Pará e o meu interesse de então era tratar de teoria política. Em uma conversa com o Jairo Nicolau, informei meu interesse em estudar a questão das cotas de gênero. Ele avaliou que o assunto já havia sido muito bem tratado pela professora Clara Araújo, mas havia um detalhe que ela não tratara: recrutamento de candidaturas. Conversei também com o Renato Lessa sobre gênero e democracia, orientador de uma tese nesse tema no Iuperj. Mas senti que meu interesse era o estudo sobre comportamento político feminino. Escolhi o tema sobre recrutamento de candidaturas e o Jairo foi me indicando leituras, uma delas foi a da inglesa Pippa Norris – *Political Recruitment: Gender, Race and Class in the British Parliament*. Fui procurando outros autores e autoras – como Reuven Hazan, Anne Phillips etc. – sobre o tema, porque me interessava conhecer o formato da entrada das mulheres no parlamento. Escrevi a tese: "Mulheres na competição eleitoral-seleção de candidaturas e o padrão de carreira política no Brasil" – com 357 páginas. Defendi em agosto de 2004, no Iuperj. Na banca estavam: Jairo Nicolau, meu orientador, Fabiano Santos, Renato Lessa, Lúcia Avelar e Clara Araújo – duas mulheres fantásticas. A primeira achou, contudo, que eu não tinha

dado muita evidência ao feminismo, mas, na verdade, aquela tese não dava para fortalecer mais o que tinha falado nesses termos, porque as demais teorias eram fortes. Foram anos de muita luta, porque a bibliografia era quase toda em inglês e eu tinha dificuldade de ler nessa língua. Após o doutorado, ao chegar ao departamento de Ciência Política, elaborei e coordenei o projeto de curso de especialização "Partidos e eleições na democracia contemporânea" como motivação para a implementação do curso interinstitucional de mestrado em Ciência Política. Interessava sensibilizar a comunidade do curso de Ciências Sociais para a área. Muitos inscritos selecionados e participando do curso foram os nossos primeiros alunos do mestrado. Dois aspectos significativos nesse período para a evidência do mestrado em andamento foi, primeiro, a criação do Grupo de Estudos Eleitorais e Legislativo do Estado do Pará – GEELPARÁ/DGP–CNPq –, grupo de pesquisa do qual fui líder, inicialmente, e que foi criado a partir das temáticas dos projetos de tese dos alunos do doutorado; o segundo aspecto importante foi a criação do Laboratório de Ciência Política. Com esse projeto, me interessava fazer o levantamento histórico dos líderes da elite política do Pará. E a primeira entrevista foi realizada com o ex-governador Aurélio Correa do Carmo, 1961-1964, gravada e transcrita, esperando a continuidade do projeto, o que, infelizmente, não ocorreu. Uma pena, pois a historia política do Pará está carecendo do estudo da teoria das elites, nas pesquisas de Ciência Política.

MDLS: *Apesar de a senhora já ter falado um pouco, a pergunta é: como você descreveria suas principais áreas de interesse de pesquisa? Se pudesse sintetizar só para registrarmos...*

MLA: Primeiro, o eixo fundante do meu interesse era a política. Isso tem a ver com a minha vida no interior. A minha mãe, o meu pai, a minha família realmente se integrava nas eleições, fazendo campanha a favor ou contra determinado candidato e nós todos juntos, eu gostava demais! Esse é o primeiro eixo. O segundo é, justamente, aquele em que percorremos um momento grave da política brasileira: a morte de camponeses. Eu estava tendo acesso aos movimentos de agricultores, movimento de mulheres do interior e pude vivenciar como as mulheres viviam, o que faziam para que os seus maridos não fossem levados na surdina, da prisão, para serem mortos – porque, a essa altura, todo mundo sabia que eles desapareciam. Esse segundo dado era justamente a luta pela terra. O primeiro foi o interesse pela política; o segundo, a luta pela terra; o terceiro, a perspectiva de como as mulheres conviviam no espaço político e partidário. O político no sentido de que essas mulheres estavam nas duas práticas. Na verdade, existe política e política partidária. As pessoas, hoje ainda, continuam com essa versão, consideram o termo política como se tratasse só de partido. Percebi que o interesse pela política também tinha a ver com a minha formação pessoal, porque era filha única, tinha meus quatro irmãos e o feminino era de representação do modelo das mulheres próprias para casar. E o que elas faziam a mais? Eu via esse diferencial. Minha mãe era uma líder na política partidária, no sentido de ir até as últimas consequências contra os líderes aos quais ela se opunha, como o então interventor do Pará, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, uma liderança política muito forte e vingativa. Por não aceitar que os membros da minha família deixassem o partido dele, o PSD [Partido Social Democrático], Barata expropriou a casa da minha avó, deixando-a embaixo da mangueira. Foi muito sério isso. Esse foi o meu eixo. E mulher e política, no caso, mais política partidária, foi o procedimento que via, sob os efeitos das leituras, dos estudos que passei a fazer e percebia que havia mais parlamentares homens do que mulheres. Me interessava saber esse eixo, esse quarto eixo. E o quinto eixo era uma súmula de tudo isso. Quer dizer, precisava conhecer a política com a qual convivia desde criança e, depois, aqui com os meus amigos sendo presos. Que política é essa? Foi visceral a minha perspectiva política, mulher e política.

MDLS: *E quais foram as suas principais influências teóricas, de autores, ou de obras, teorias, sobre o seu trabalho?*

MLA: Um autor que trabalhamos muito e depois foi malvisto pela própria graduação de Ciências Sociais, pelo centro acadêmico, inclusive, foi Maurice Duverger. Para mim, Duverger teve uma influência muito grande, foi muito forte. Tanto que depois fui ver, na minha própria tese, que usei os autores que trabalhavam com Duverger. Não estava sem padrinho. Sartori também me deu uma visão diversificada, em certo ponto, sobre isso. Marx... A Ciência Política sem Marx não tem nada. Aprendi muito, embora, o templo do saber, aquelas alturas, ninguém podia fugir; no Naea, só falava em Marx. Reconheço que ele me deu instrumentos para que percebesse que a história é feita pelos homens. Pelos homens que digo é pelos humanos. Ela não vem de cima para baixo, somos nós que a construímos. Isso foi tão importante... A linha de discussão de Marx sobre trabalho produtivo e improdutivo é uma discussão séria para mim, porque, como feminista, com o estudo da questão da mulher e gênero, vejo o trabalho da mulher como trabalho produtivo. Tive uma discussão com um palestrante no Naea, Elmar Altvater, sobre esse assunto. Entendo o processo teórico sobre a mais valia da categoria de trabalho produtivo, mas não absorvo o da mulher ser improdutivo, nessa teoria. E também, naquele momento, essas categorias eram discutidas pelas feministas em nível nacional e internacional. Os teóricos marxistas conservam essa versão sobre trabalho produtivo em Marx. Por incrível que pareça, desses teóricos todos que estudei, gosto muito do Maquiavel, para mim é uma figura importante. Os jusnaturalistas também foram muito importantes. Só estou falando de homem, não é?[1]

MDLS: E, *nos seus trabalhos, teses, pesquisas...*

MLA: Na minha tese? Estou falando em termos mais gerais. Uma das figuras que me deu muita força para trabalhar a questão de gênero, porque quando comecei era uma questão da mulher, foi Simone de Beauvoir. Simone foi uma força muito grande. Depois vieram Branca Moreira Alves, que trabalhou a questão do voto feminino no Brasil, e também me deu muita força; Fanny Tabak; Heloneida Studart com aquele livro que mexeu comigo, como estudante, como estudiosa dessa área: "Mulher, objeto de cama e mesa". E quando peguei os nossos autores? Tem uma que também gosto muito, a Carole Pateman, com "O contrato sexual" e "Participação e teoria democrática". Tem outra também que trabalhava com o Laclau, a Chantal Moufe. Moufe é uma das figuras que gosto muito pela discussão que tem em termos de democracia. É muito interessante o trabalho dela, como o livro "O regresso do político". Trabalhávamos o Laclau, o Poulantzas... Estou pegando desde a graduação. Na medida em que a pós-graduação começou a incorporar os estudos de autores brasileiros, para nós, foi muito importante a figura do Renato Lessa. Os professores do Iuperj: César Guimarães, Renato Lessa, Olavo Brasil... Eles trouxeram discussões teóricas importantes da questão democrática às políticas públicas, comportamento político, apresentando autores clássicos que discutiam na Ciência Política sobre a questão do modelo político brasileiro. Tem o Jairo Nicolau, Fabiano Santos, Celi Pinto – que conheci nesse período. São muitos! Da questão de gênero, temos muitos e muitos no Brasil e internacionais: Lucia Avelar, Clara Araújo, Ana Alice Costa, Angelica Maués, Sonia Alvarez, Heleieth Saffioti.

[1] Gostaria de inserir, entre esses autores citados, as autoras que li naquele momento e que me deram as contribuições para avaliar a questão da mulher. Foram elas: Simone de Beauvoir, Fanny Tabak, Branca Moreira Alves, Lucia Avelar, Cristina Bruschini, Neuma Aguiar, Margareth Rago e outras. Não eram parte dos estudos para a docência das disciplinas da área de Ciência Política, mas passaram a fazer parte dos meus estudos pessoais para entender a questão da mulher e política.

MDLS: *A senhora contou com apoio financeiro-institucional para seguir na sua área de pesquisa? Nas áreas de pesquisa que te interessam.*

MLA: Era interessante porque, com o mestrado, elaborava um projeto de parceria com outra professora, a Cristina Maneschy, de Sociologia; mandávamos para o CNPq e nunca havia recurso. Mas sempre tive projeto de pesquisa no departamento de Ciência Política aprovado pela Propesp, com bolsa discente Pibic [Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica]. Recebia material de consumo do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – hoje, Instituto. Apenas com o mestrado, recebia umas quatro bolsas Pibic, CNPq. Havia ainda os Projetos de Ensino propostos pela Proeg [Pró-Reitoria de Ensino da Graduação] para o interior do estado e os alunos se interessavam pelo tema da pesquisa. Tive uma média de 14 bolsistas ao ano: em Belém, havia uns quatro e o restante no interior, com bolsa da Proeg. Foi muito interessante. E em quê tema? Mulher e política, sempre. Levantamento do número de parlamentares, história política da primeira vereadora paraense, a questão das cotas etc. Tive uma bolsista, que está casada agora e mora no Canadá, que trabalhou esse tema em Santarém e muito bem por sinal. Continuava a mandar meus projetos para o CNPq. Elaborava e mandava, logo ligavam perguntando se eu tinha doutorado, mas não tinha. Em 2005 pleiteei no Edital Universal e também para a Propesp, por conta de um edital para os primeiros doutores, e consegui o meu primeiro recurso, que foi de cinco mil reais, e daí em diante todos os projetos que têm sido enviados para o CNPq são aprovados. Fizemos agora um projeto para 60 mil e recebemos 42 mil. Mas isso nunca foi desculpa para que não tivesse projetos, isso que é importante, porque sou apaixonada pela pesquisa, aprendo muito.

MDLS: *Vamos passar para o segundo bloco de perguntas, que é a relação entre a sua trajetória acadêmica e a sua vida privada. Nós temos duas perguntas aqui. A primeira é como a sua trajetória profissional foi, se foi, afetada pela sua vida privada e vice-versa.*

MLA: Há referências anteriores sobre isso. Mas quero dizer o seguinte: sou uma mulher de 78 anos, da cidade de Abaetetuba, aqui do Pará, e minha educação seguiu o modelo tradicional de mulher "própria para o casamento". Estudei o curso primário naquela cidade e o ginasial em Belém, no internato de um colégio religioso. Me casei aos 19 anos, com um médico, também jovem, de classe social média/alta e estou casada com ele há 57 anos. Meu percurso acadêmico foi afetado, porque não pude fazer o curso de mestrado nem o doutorado fora de Belém, como todas as minhas colegas. Afetou nessa perspectiva. Na carreira docente, para ministrar aulas de manhã à noite, no *campus* da UFPA, não tive nenhum problema. Quanto ao afeto, as tensões, se houve tensões entre a minha pessoa e o meu marido? Não vejo, não vi. Ele era médico, pediatra, profissional de cinema também, uma pessoa estudiosa de cinema que é conhecido internacionalmente, escrevia críticas de cinema para um jornal local. Tenho a impressão que esse foi um processo construído por nós. Nunca deixei ele me dominar. Sempre tive minha independência. As minhas filhas até dizem: "Mãe, vamos almoçar fora, tu não és feminista?", aí digo: "Almoço com teu pai por amor, por isso não vou contigo". Quer dizer, esse sentido, esse termo, esse conceito do amor ele nunca regulou do jeito que vejo que regulou para as outras pessoas. Nós dois construímos de uma forma vivenciando todo um processo de tensão, com o golpe de 1964, vendo nossos amigos serem presos. Na sequência do golpe, quando eu já era jornalista, assinando uma coluna de crítica em um outro jornal da cidade, O Liberal, fui chamada pela polícia federal. Me intimaram e o diretor me encaminhou com um colega do jornal que era advogado. Como não era convite, mas uma intimação, tive que prestar depoimento e assiná-lo. Me pergunte o que eles me perguntaram? Não sei, foi tudo sobre filme político que eu falara na minha coluna "Panorama". O meu marido, Pedro Veriano, sempre do meu lado, só que quando fui entrar na sala que me chamaram, não o deixaram entrar. O meu advogado já tinha saído, só estávamos eu e o Pedro a tarde inteira na polícia federal. Quando eles viram que o

advogado tinha saído, me chamaram, era quase sete da noite, estávamos lá desde uma e meia da tarde. Quando entrei, o Pedro ia entrando, mas não deixaram. Fiquei sozinha. Passei mal, passei muito mal querendo sair do jornal e o diretor do jornal me disse: "Se tu saíres agora, eles vão achar que tu aceitaste a situação deles". Como uma pessoa muito decidida, não deixei o jornal e já estávamos vivendo tantas coisas... O meu marido sempre me acompanhou nessa área da questão política também. Saio, viajo sem problema... Sempre nas passeatas... Não afetou a minha relação. E com as filhas? Tenho quatro filhas. Pelo contrário, elas se educaram com as ideias da esquerda, sempre firmes conosco. Quer dizer, a nossa família é muito forte, não afetou. Hoje em dia ficam preocupadas por causa da minha idade e, atualmente, pelo antifeminismo. "Ah, tu vais para o Gepem?" que é o grupo de estudos de gênero que coordeno na UFPA, e passo o dia todo lá. Elas falam: "Tu vais ser presa", não sei o que. Por causa desse momento agora, estão preocupadas, mas elas sabem que não obedeço nada.

MDLS: *E você acredita que a relação entre a vida privada e a atuação profissional se dá da mesma forma com os seus colegas homens?*

MLA: A maioria dos meus colegas homens que estava cursando o mestrado, no Naea, se separou. Acho que a maioria tem um forte problema com relação à questão da vida privada. Não sei de que forma. Posso falar pelos meus colegas que eram profissionais, que estudavam comigo no mestrado. Éramos seis e três se separaram. No departamento de Ciência Política, por exemplo, a maioria dos colegas se separou. Se formos olhar, de modo geral, com o tempo, houve um processo de reformulação das relações de gênero. Não vejo o tempo estagnado, há uma visão entre os profissionais com um outro desempenho. Inclusive, da própria sexualidade sendo tratada de outra forma pelos nossos colegas. Houve muita misoginia, aquela tentativa de desqualificar alguns temas como a questão da mulher. Sofri na pele com alguns colegas da Ciência Política que diziam: "Ah, mas ela não estuda política, só estuda mulher". Que história é essa? Os meus orientandos diziam: "Professora, quando li a sua tese, quando li o seu trabalho, vi que a senhora trabalha com política sim". Ou seja, o *mainstream* da Ciência Política não inclui as mulheres, não era um tema qualificado na área... Mas o que posso fazer? Acho que há sim.

MDLS: *Complementando essas duas perguntas, a sua vida familiar não foi afetada por essa sua trajetória profissional. Você acha que é assim, de forma geral, para as mulheres?*

MLA: Não, não é assim para as mulheres.

MDLS: *Você se acha uma exceção?*

MLA: Me considero uma desviante. No Gepem, que é o grupo de estudos de gênero que coordeno aqui na universidade, temos várias mulheres. A própria Eneida era uma desviante. Saiu de casa, deixou o marido e os filhos e foi embora, foi até presa com a Olga Benário. Por isso ela é a nossa patrona, por causa dessa visão que se tem sobre a questão da mulher. Mas... Tu perguntas se isso é um...

MDLS: *Se você vê uma trajetória semelhante a sua, em que teve uma vida familiar, diria que, de um modelo tradicional, mas apesar disso teve a sua profissão. Você acha que é esse o padrão que encontramos em outras relações de trabalho quando as mulheres estão em questão?*

MLA: Não. A situação das mulheres ainda tem muito ranço em relação aos seus parceiros, em relação aos seus colegas de trabalho. Temos aqui, na universidade, uma forte misoginia. Publiquei há uns quatro dias, no Facebook, que uma aluna nossa, uma aluna de Filosofia, foi assediada por um

colega. Quer dizer, esse desrespeito traz essa perspectiva da misoginia na própria família e é por isso que não vejo todo mundo do mesmo jeito. Vejo múltiplas evidências de que as mulheres ainda estão lutando para fugir desse esquema, principalmente na área de Ciência Política, que é muito forte. Parece que os cientistas políticos, ou aqueles que defendem o mestrado, o doutorado de Ciência Política, se sentem muito mais cientistas. É como se houvesse uma hierarquia de poder – como se houvesse não, há! – entre eles que dizem que sabem Ciência Política. Estou falando só da Ciência Política, porque a acho extremamente preconceituosa, ainda, em relação às mulheres. Por isso não vejo assim, vejo que as mulheres ainda estão lutando, ainda estão trabalhando para conseguirem um espaço. Muitas já saíram, já fugiram. E outra coisa, as estratégias delas são bandeiras, são bandeiras políticas que constroem como se, no caso, tentassem representar uma perspectiva, vamos dizer, de vítimas. Mas não deixa de ser também uma estratégia para avançar.

MDLS: *Um terceiro bloco de pesquisa, professora, é sobre a condição da mulher na Ciência Política – acho que já introduziu até nessa última resposta – e as avaliações sobre esse campo disciplinar no Brasil. A primeira pergunta desse bloco é: como você avalia os caminhos da academia e, mais especificamente, o campo da Ciência Política no Brasil nas últimas décadas? Quais suas virtudes e limites em sua opinião?*

MLA: A Ciência Política sempre foi a ciência do cidadão. Em 1993, em Viena, na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, o movimento feminista se manifestou procurando reformular o termo "Direitos Humanos" para "Direito dos Humanos e das Humanas". Se hoje essa área avançou foi pela luta de algumas mulheres. Por quê? A Ciência Política tem um *mainstream* que formata qualidades, qualificação da área; ela inventou as coisas, como diz o Renato Lessa. As outras áreas das Ciências Sociais interpretam, descrevem; a Ciência Política inventa. A democracia foi inventada pela Ciência Política. O que percebi, na minha perspectiva de gostar da Ciência Política, de estar presente não só institucionalmente, mas como ministrante de disciplina, como orientadora de Pibic, de Trabalho de conclusão de curso, de tudo, foi que a Ciência Política veio dessa visão misógina e de uma hierarquização que não admitia trabalhar com o duplo cidadão-cidadã, a começar por aí. Percebemos que havia uma dificuldade muito grande. E esse *mainstream* faz com que as próprias mulheres, as cientistas políticas, tenham certa preocupação em se manter nesse modelo clássico. Nada contra, porque a Ciência Política sempre foi aquela que era determinante, como se fosse natural. Não tratava de gênero, mas de mulher, homens e mulheres, mas nessa perspectiva das relações de gênero era muito difícil. Até bem pouco tempo, percebíamos que na ABCP [Associação Brasileira de Ciência Política] não havia nenhuma AT [Área Temática] nessa área. Achei estranho isso, porque na Anpocs [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais] havia. Sabe onde as cientistas políticas estavam? Em outras Áreas Temáticas que tratavam de comportamento político, comunicação política etc. Como membro do Conselho Fiscal da associação, contatei com o Fabiano Santos, então presidente (2008-2010), dizendo-lhe que estava interessada em criar uma AT sobre a questão da mulher, sobre gênero – isso foi em 2009 ou 2010. Ele respondeu informando sobre o processo de criação dessas áreas. Nesse mesmo momento, surge um documento da IPSA fazendo várias perguntas da instituição: quantas cientistas políticas apresentavam trabalho, se tinha AT da questão de gênero, se tinha não sei o quê com vistas a sensibilizar para a sub-representação das mulheres e das questões de igualdade de gênero entre as associações-membro. Nesse documento, além das referências da elaboração de relatórios – em 1978 encomendado ao grupo de estudos *Sex Roles and Politics* –, há a criação do *Committee on Women's Issues*, 1991-1997, presidido por Carole Pateman com recomendações para o monitoramento da posição das mulheres na IPSA. O Fabiano Santos então me encaminhou o *Survey* de 2011 para que eu respondesse as solicitações. Levantei os dados solicitados na secretaria da ABCP, elaborei o relatório e ele encaminhou para a IPSA, no período, haja vista que o mesmo seria tratado no Congresso Mundial da IPSA, em Madrid, em 2012. Mas, para o funcionamento da AT

sobre gênero, eu precisava criar painéis para viger no próximo encontro e a proposta deveria ser aprovado em uma primeira Assembleia Geral – o foi na Anpocs em 2011 – e finalmente em uma segunda – no 8º Encontro da ABCP em 2012. Para comporem os painéis, convidei colegas de todo o Brasil. Convoquei as cientistas políticas mais próximas de mim, que não eram associadas à ABCP, e outras da Sociologia também e montamos três painéis para os três dias sobre mulher e política, o horário era na hora do almoço. Foi muito interessante, deu uma média – fiz questão de registrar as pessoas que estavam lá – de 25 pessoas, ou seja, dava para abrir uma AT. Convoquei, portanto, o José Eustáquio Alves, do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística], e a Clara Araújo, da UERJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro], para assinarmos a proposta apresentada na ABCP e foi aprovado que se criasse a AT-7 Gênero, Democracia e Políticas Públicas, para o 9º Encontro que ocorreria dos dias 4/8/2014 a 7/8/2014[2]. Nesse encontro, porém, só houve doze trabalhos inscritos. Essa situação de ausência de inscrição nessa AT, avaliei em alguns eixos. Primeiro: você acha que as cientistas políticas que se prezavam no *mainstream* iriam deixar esse *status* para uma AT de gênero, sem expressão, ainda, nos encontros da associação? Essa é uma questão que luto dentro da Ciência Política. Também não conheciam a coordenadora e se me conheciam era como feminista, termo que a Ciência Política não simpatiza. Outra coisa: as mulheres da Ciência Política já deveriam ter suas preocupações de apresentar seus trabalhos em outras ATs. Outro eixo: não havia tanta divulgação nos outros encontros sobre a questão de gênero. Aliás, houve um problema – e está tudo no relatório que enviei após o encontro –, uma situação devido a inclusão de um questionário na pasta dos associados, referente ao tratamento dado pela associação às cientistas políticas que levavam crianças. Acharam que a proposta era da AT-7, quando, na verdade, esses documentos tinham vindo da IPSA naquela proposta de monitoramento sobre a relação Associações de Ciência Política e as cientistas políticas. Nós, dos movimentos feministas, quando estamos nos encontros, possuímos uma sala para as crianças e era isso que eles mandavam saber, se as cientistas políticas que tinham filhos possuíam um lugar para as crianças delas ficarem nos encontros enquanto as mães apresentavam trabalho ou assistiam. Isso foi na pasta do 9º Encontro para todo mundo e todos ficaram criticando como se fosse do nosso AT, que já estava em progresso. Soube na mesma hora que foram três feministas e um homem que escreve sobre a questão da mulher que tinham comentado isso e fiquei realmente decepcionada, muito triste porque, inclusive, me informaram que essa situação ia ser apresentada na Assembleia Geral da entidade. Fui à Assembleia. Ninguém disse nada. Com isso, resolvi deixar a coordenação da AT, que agora está sendo coordenada por outras pessoas. O que quero dizer é isso: alguém tem que abrir alguma coisa, mas alguém tem que se ferir. Eu me feri e a Ciência Política precisa ser ferida para aprender a respeitar as mulheres, as cientistas políticas que estão produzindo. É isso que me preocupo em relação à Ciência Política. Sair dela não saio, amo a Ciência Política.

MDLS: *E a sua trajetória individual como professora e pesquisadora, como ela se situa no quadro mais geral do desenvolvimento da disciplina?*

MLA: Hoje em dia não dou mais aula, estou só orientando. A minha marca na Ciência Política foi, vamos dizer, espalmada para os meus alunos, "as meninas e os meninos da Luzia", como dizem na UFPA. Porque consigo traduzir entre a teoria e a prática, depois que percebi, antes não porque a situação era muito forte nos primeiros momentos, mas nos subsequentes em que você observa que pode, você já tem argumento e é isso que digo para os movimentos de mulheres: "Vá para rua, mas

[2] Para esse 9º Encontro propus e foi aprovada a Mesa Redonda "As eleições 2014: democracia e poder político numa perspectiva de gênero". A debatedora foi a Jussara Reis Prá (UFRGS) e os expositores foram o Fabiano Mendes Santos (IESP-UERJ); a Celi Regina Jardim Pinto (UFRGS); a Clara Maria de Oliveira Araujo (UERJ); e o Luis Felipe Miguel (UnB).

vá com argumentos. Não vá discutir sem argumentos". Quando já tinha alguma coisa para trabalhar, já conseguia disseminar essa perspectiva dos teóricos da Ciência Política, perguntei: onde estão as mulheres? Como elas estão? Quando ia ministrar aulas sobre os jusnaturalistas, por exemplo, porque dávamos sempre o original – Hobbes, Locke, Rousseau –, sempre procurava naqueles autores que a teoria do conhecimento diz que são "os homens da ciência", essa sempre foi uma marca minha. Vou ver o que os homens da ciência fizeram, colocaram, tanto que em um texto que escrevi há uma epígrafe de Aristóteles sobre mulheres: "A natureza só faz mulheres quando não pode fazer homens. A mulher é, portanto, um homem inferior". Faço muito essa lógica de quebrar essa misoginia da Ciência Política, faço e sempre fiz na medida em que comecei a ter um maior argumento para poder falar. E tem uma autora que é muito interessante, gosto muito dela, a Anne Phillips. Há muitas autoras latino-americanas, há várias com quem trabalhei, são fantásticas essas mulheres. Essa autora que acabei de citar, a Anne Phillips, tem um livro "Gênero e Teoria Democrática", de 1996, e, para mim, é muito importante discutir a questão da democracia. A democracia é algo tão importante, mas, para determinadas situações, deixa as mulheres tão para fora... Dependendo de quem está no poder, dependendo de quem a trata, como o professor ou como a professora trata, porque se não se empenha em mostrar homens e mulheres vivendo e convivendo na democracia não há democracia. Anne Phillips vai desmontando os filósofos[3]. Sou apaixonada por isso, quer dizer, como você pode desmontar as grandes verdades, os grandes conceitos da Ciência Política, da Filosofia Política se você não tem o olhar para isso? Aristóteles tratou muito das mulheres, no livro "Política" aponta por onde andam as mulheres e as crianças. Acho que nós, da Ciência Política – não digo nem feministas, nem que estude gênero, nem nada, mas da Ciência Política –, se passarmos a conviver com essa perspectiva de que há cidadãos e cidadãs e formos para sala de aula dar um autor que só fale em cidadão e não tem essa perspectiva das mulheres na democracia, somos tudo, menos cientistas políticos. Porque é esse o momento que você começa a quebrar aquela situação que leva até à morte as mulheres. E a morte das mulheres que vemos é só a física, porque ela pode ser moral, psicológica, "Ah, mas essas tuas mulheres, que estão no teu trabalho, não são de nada". Percebe-se que nas salas de aula de Ciência Política, e falo na UFPA, os relatos dos meus alunos e alunas sobre a discriminação em relação a eles é muito forte. Um ex-bolsista que fez a concentração do curso de Ciências Sociais em Ciência Política, em conversa com o grupo de colegas ouviu deles: "Agora o Nilson só fala sobre gênero". E não são só os meninos, pergunta para as meninas como são discriminadas em sala de aula? É muito sério ainda. O que quero dizer, a minha síntese, é que, na medida em que passei a me fundamentar melhor e avaliar melhor essa situação, vi que poderíamos mudar a sociedade dentro da teoria do conhecimento da Ciência Política, pois ainda é muito forte a misoginia.

MDLS: *Como a senhora avalia a sua condição de mulher na academia, especificamente na Ciência Política?*

[3] Gosto muito dessa passagem: "La democracia ha existido como pesadilla o como sueño durante tanto tiempo como el pensamiento político. El feminismo ha estado con nosotros un período mucho más breve y muchos comentaristas sitúan sus orígenes en la Europa del siglo XVII. Ambas tradiciones tienen mucho en común, porque ambas abordan nociones de igualdad y ambas se oponen al poder arbitrario, pero no se desarrollaron a la par: aunque se pudiera pensar que los ideales de igualdad las unen, no se ha demostrado ningún vínculo automático. Los antiguos griegos podían concebir la democracia sin ningún escrúpulo para excluir de ella tanto a las mujeres con a los esclavos; los primeros liberales podían hablar de los seres humanos como iguales sin la menor idea de que todos pudieran tener la expectativa de votar. La asociación entre igualdad y democracia es asunto reciente, y lo es también por lo tanto inevitablemente la relación entre feminismo y democracia".(...) Pero hay algo más que decir de la relación (...) es que el género desafía todas nuestras perspectivas políticas, obligándonos a examinar de nuevo cada posición y cada concepto". (...) (1996:13-14).

MLA: Como? Acho que a representação das pessoas é vista pelos outros. Acabei de contar toda uma trajetória de vida familiar, afetiva, em dois eixos, da teoria do conhecimento científico e na familiar. Tenho uma visão de que me desviei do modelo tradicional. As pessoas de fora me veem como uma "louca". Há uma história – como sempre há uma história – com um professor norte americano de Antropologia que chegou na UFPA como Visitante e, com ele, a esposa, também antropóloga, feminista e nós já estudávamos, no GEPEM, a questão de gênero. Em conversa, com um professor da Ciência Política, ele disse que conhecia duas pessoas: a professora Angélica Maués e a professora Luzia. O professor de Ciência Política: "Você conhece a professora Angélica? Ela é "de família". "E a professora Luzia?", disse o antropólogo, e o professor de Ciência Política respondeu: "Ah, ela é uma louca". Repara, o que é isso? É uma representação daquilo que tenho fugido. Me vejo, eu me vejo, tentando me desviar, de certa forma, daquele emblema tradicional no qual fui educada desde criança. Me vejo dessa forma. Mas é possível que lá fora "ela não sabe nada, ela não é isso, ela é uma feminista". Quer dizer, esse pré-conceito ainda passa, porque em cada encontro, apresentação que participo, uma das coisas que gosto de dizer é que sou feminista. Estudo a questão de gênero, a questão da mulher, desde a minha dissertação de mestrado, porque, naquele momento, as teorias de gênero e feministas ainda não se interpunham no nosso cotidiano acadêmico. Mas na medida em que fomos aprendendo... Continuo a ser coordenadora do Grupo de Trabalho Feminismo, Política e Poder, na Redor [Rede de Estudos Feministas Norte e Nordeste]. Este ano, tivemos a inscrição de mais de 60 trabalhos para o XX Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste. A Redor foi criada por nós em 1992 para mostrar para o Sul e Sudeste que, no Norte e Nordeste, tínhamos pesquisadoras mulheres e que elas não poderiam falar por nós. Isso também é política. As minhas transversalidades passam sempre por essa visão. As pesquisadoras de outras regiões falavam "as mulheres no Brasil" e nós, onde nós estávamos? Por isso criamos a Redor: Rede de Estudos Feministas Norte e Nordeste.

MDLS: *A penúltima pergunta seria uma forma de sintetizar muita coisa que a senhora já falou aqui. Seria de como a senhora avalia ou percebe a importância que vem adquirindo as demandas relacionadas a gênero nos últimos anos no mundo de trabalho, inclusive nas nossas instituições, como por exemplo as cotas, as denúncias de assédio etc. Como a senhora vê? Essas demandas, qual a importância, como avalia a importância dessas demandas?*

MLA: Avalio de uma forma extremamente importante e num crescendo. No momento em que entrei na universidade só se falava "meu filho", "minha casa", "meu marido". Na medida em que fui percebendo que eram múltiplas profissões, múltiplas mulheres, múltiplos problemas e muita violência contra as mulheres que estudavam, observei um diferencial, porque fui estudando a questão da mulher e a perspectiva de gênero também na convivência. Hoje, na sociedade brasileira, temos uma demanda extremamente grande, que, inclusive, transferimos para os outros "diferentes", porque nós somos o "outro" e os "diferentes" eram os "outros dos outros" e estes foram percebendo que as mulheres iam a luta e conseguiam vencer. Nós, mulheres, lutamos pelos nossos direitos, daí porque não temos nada que veio de cima, mas de baixo, da nossa luta por direitos. E estou preocupada nesse momento com o retrocesso. Percebi algumas pessoas, colegas nossas e familiares, preocupados com a continuidade dos estudos sobre a questão de gênero, a questão da mulher, mas vou continuar indo para os encontros, passeatas, pleiteando a melhoria de vida. Tenho um projeto de pesquisa sobre violência doméstica considerando como os dois governos, de Simão Jatene e da Ana Júlia Carepa, aplicaram recursos para melhoria dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência. Os números das denúncias cresceram, as mulheres não estão mais silenciosas, mas estão morrendo, assim vejo a questão da violência contra as mulheres. Há mulheres preocupadas em que haja um retrocesso das conquistas, mas acho que não volta, não vai voltar. Estamos fortes, estamos lá e nós, mulheres, vamos continuar na rua, denunciando. Está emergindo,

na academia, uma preocupação em outros âmbitos sobre as mulheres. E o que é muito importante também é a preocupação dos estudos aqui, não só de mulheres líderes tradicionais, a situação das mulheres na representação política, mas as negras, as mulheres da floresta, as lésbicas, as pescadoras, as múltiplas mulheres! Isso é importante por causa da visibilidade delas e isso é como se fosse um espelho, isso é muito importante, simbólico, uma política de símbolos que leva a quê? A amplitude da visibilidade dessas mulheres que votaram no Bolzo para aquilo que elas vão sofrer agora.

MDLS: *Para concluir, queria que a senhora me falasse se já enfrentou algumas situações difíceis por ser mulher no exercício de sua profissão. Alguma questão a mais que tenha marcado?*

MLA: Já falei nesses três pontos. Na minha profissão, como professora de Ciência Política, reconheço que sou respeitada, mas já houve momentos que diziam que eu só sabia tratar de "coisa de mulher". Isso me ofendeu, porque eu tratava sobre "mulher e política" e isso foi ofensa sim. A pessoa já tem um conhecimento e não vê que a outra está trabalhando em um tema... A situação vivida na ABCP, aquele momento, para mim, foi muito sério, foi muito triste. Porque você cria alguma coisa, mas a discriminação se sobrepõe. Mas... Vai para frente! O importante é estar lá, as pessoas mandarem os seus trabalhos para aquela AT que é sobre gênero. Outra discriminação foi tratar de um tema sobre as mulheres da classe social média alta – da minha dissertação de mestrado – para um grupo do movimento de mulheres. Logo nos primórdios, havia algumas mulheres radicais nos movimentos, percebi que, por mais que estivesse falando de mulheres, aquilo era um problema para algumas mulheres dos movimentos. Uma colega do movimento, a Isabel Cunha, disse: "Luzia, não fica chateada com isso, porque nós precisamos saber quem eram essas mulheres da classe social média, o que elas estavam fazendo, quem elas estavam agrupando". Sempre tenho alguém que me levanta. Essa situação de classe foi séria, também, na colação de grau de Ciências Sociais em 1977. Me chamaram de a "grã-burguesa" da classe média e a um outro colega da turma. Éramos 26 concluintes, sendo cinco homens e 21 mulheres.

MDLS: *Mas quantos foram para a Ciência Política?*

MLA: Fui eu e o Alex Fiuza de Melo. Os demais eram da Sociologia e Antropologia, esta última, inclusive, é a que tem mais força na graduação de Ciências Sociais. Para a Ciência Política seguem poucos.

MDLS: *Professora, agradeço muitíssimo...*

MLA: Terminou?

MDLS: *...em nome da Carla Almeida e da Cristina Buarque, por a senhora ter nos oferecido seu tempo. Se a senhora quiser colocar mais alguma coisa que faltou colocar...*

MLA: Espero que alguém faça a síntese, porque falo muito e, às vezes, gaguejo. Ah, sim! Uma das coisas, meu medo de falar em público e de dar entrevista é porque gaguejo. Ficava apavorada e, sempre aprendendo, alguém me disse: "Tu já viste algum homem não gaguejar?". Fui aprendendo com a vida, percebendo que nós somos nós, nós somos. Só digo assim, nós somos. Quero agradecer a elas e pedir desculpas por algumas reentrâncias.

MDLS: *Não tem de quê, foi tudo muito bom, tenho certeza que elas vão ficar muito felizes com o resultado.*